

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

146

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0135394-8

COMARCA : São José do Egito - Vara única
APELANTE : Vanderli Ferreira de Lima e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PENAL E PROCESSO PENAL. LATROCÍNIO. EXACERBAÇÃO DA REPRIMENDA. PENA FIXADA APÓS DETALHADA ANÁLISE DO PRECEITUADO NO ARTIGO 59, DO CP. FIXAÇÃO NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. CRIME PRATICADO ANTERIORMENTE A VIGÊNCIA DA LEI 8.930/94. DIREITO À PROGRESSÃO DE REGIME. APELOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

I – Não se mostra exacerbada a pena-base aplicada acima do mínimo legal, quando as circunstâncias judiciais dos réus, analisadas a teor do art. 59, do CP, não lhes são favoráveis. Ademais, a orientação reiteradamente firmada no STJ é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode a Corte recursal reexaminar o *decisum* em tal aspecto, o que não é o caso dos autos. (HC 73112/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 02/10/2008, DJe 20/10/2008).

II – A lei 11.464/2007, dando nova redação ao art. 2º da Lei 8.072/90, banuiu do nosso sistema jurídico penal o regime integralmente fechado, devendo a pena por crime nele previsto ser cumprida em regime inicialmente fechado.

III – Apelação parcialmente provida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0135394-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em dar parcial provimento**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



ao recurso, reconhecendo aos recorrentes o direito à progressão de regime, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de dez de 2009.


Presidente


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

148

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0135394-8

COMARCA : São José do Egito - Vara única
APELANTE : Vanderli Ferreira de Lima e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

VANDERLI FERREIRA DE LIMA foi denunciado (fls. 02/03) juntamente com Joseli Gomes Ferreira de Lima e José Virgulino Firmino, como incurso nas penas do art. 157, § 3º, c/c o art. 29 todos do Código Penal.

Narra a inicial acusatória que no dia 04.02.1989, por volta das 14:30 horas, os denunciados, armados de espingarda e montados numa moto, interceptaram um veículo F-4000 que transportava passageiros com destino à cidade de Santa Terezinha, ameaçando o motorista e demais ocupantes do veículo, com o objetivo de subtrair todo o dinheiro armazenado no cofre do veículo, bem como a importância dos demais passageiros.

Aduz, ainda, que o fato ocorreu quando o veículo se encontrava entre os povoados de Riacho do Meio e Tigre, no município de São José do Egito, ocasião em que um dos passageiros de nome WASHINGTON DA COSTA, apavorado, tentou evitar o assalto vindo a ser baleado, falecendo em decorrência das lesões sofridas, conforme perícia tanatoscópica de fls.34, e outra vítima de nome Valdemar Pereira dos Santos, sofrido lesões corporais de natureza grave, conforme perícia traumatológica de fls.36.

A denúncia foi aditada às fls.115/115-v, para incluir os acusados **Valdir Batista de Souza** e **Joel Antônio Batista** como incursos nas sanções do art. 157, §3º do CPB.

Encerrada a instrução criminal, os acusados **Valdir Batista de Souza** e **Joel Antônio Batista** foram condenados nas sanções do art. 157,

¹ Art. 157 (...)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de quinze a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação anterior a Lei nº 9.426, de 1996)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

149

§3º, c/c o art. 29, todos do CPB, à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, sendo o acusado **Vanderli Ferreira de Lima** condenado nas penas do art. 157, §3º, c/c o art. 29 e no art. 62 inciso I, todos do Código Penal, à reprimenda de 24 (vinte e quatro) anos de reclusão, sendo absolvidos os acusados **Joseli Gomes Ferreira de Lima e José Virgulino Firmino**, com fundamento no art. 386, inciso IV do CPP, como demonstra a sentença de fls. 351/354.

Inconformados, os acusados **Vanderli Ferreira de Lima e Joel Antônio Batista** interpuseram tempestivos apelos, às fls. 358/359 e 368, oferecendo razões recursais às fls. 361/365 e 369/370, respectivamente, argumentando que a pena aplicada demonstrou-se exacerbada vez que a fixação da pena-base foi acima do mínimo legal, salientando, ao final, que ao tempo do crime, a pena para o delito previsto no art. 157, §3º do CPB era de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos de reclusão e não de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos como o é atualmente, e que não se tratava de crime hediondo, cuja lei é de 1990.

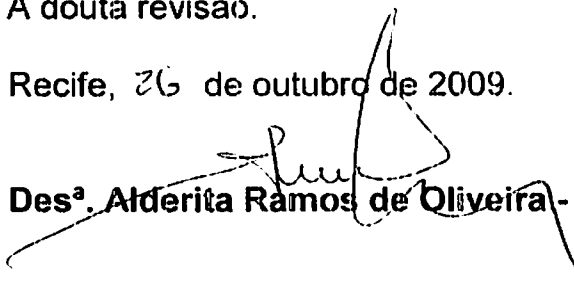
O Ministério Público ofereceu contrarrazões de apelação (fls. 375/379), pugnando pelo provimento dos apelos para redução das penas privativas de liberdade fixadas, com direito a progressão de regime, estendendo a reforma da sentença, nesse particular, ao acusado **Valdir Batista de Souza** a fim de atender às diretrizes do art. 59 do CPB e à norma penal vigente ao tempo do crime.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva, ofereceu parecer de fls. 389/391, opinando pelo provimento do apelo para que sejam reduzidas as penas impostas aos apelantes e reconhecendo o direito à progressão do regime, estendendo tal benefício ao acusado **Valdir Batista de Souza**, nos moldes do art. 580 do CPP.

É o relatório.

A douta revisão.

Recife, 26 de outubro de 2009.


Des.ª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

150

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0135394-8

COMARCA : São José do Egito – Vara única
APELANTE : Vanderli Ferreira de Lima e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO

Insurgem-se, os apelantes, tão somente, contra o *quantum* da pena aplicada pelo juiz sentenciante, entendendo-a exacerbada, vez que a fixação da pena-base foi acima do mínimo legal, salientando que, ao tempo do crime, a pena para o delito previsto no art.157, §3º do CPB era de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos de reclusão e não de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, como o é atualmente, e que não se tratava de crime hediondo, cuja lei é de 1990, requerendo a reforma do *decisum* no que pertine à fixação do regime de cumprimento da pena.

No caso, o juiz monocrático, ao proceder à fixação da pena-base imposta aos apelantes, destacou (fls.354):

*"(...) Atendendo as diretrizes do art.59 do mesmo diploma legal, inicio a análise das circunstâncias judiciais necessárias à determinação da pena base, com relação ao acusado **JOEL ANTÔNIO BATISTA**. 1 – culpabilidade confessada; 2 – antecedentes criminais com registro; 3 – conduta social comprometida pela prática de ilícitos penais; 4 – personalidade violenta; 5 – motivo do crime desfavorável ao acusado; 6 – as circunstâncias do fato desfavorável ao réu; 7 – comportamento da vítima não facilitou a ação do agente; 8 – consequências extrapenais foram graves com a morte da vítima. Em função do que fixo a pena base em 22 (vinte e dois) anos de reclusão. Em consideração à atenuante prevista no art. 65, inciso III, letra "d", do Código Penal, diminuo-a de 02 (dois) anos, **tornando-a concreta e definitiva em 20 (vinte) anos de reclusão** à falta de circunstâncias outras de aumento ou diminuição de pena capazes de altera-la, a ser cumprida na Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá; Atendendo as diretrizes do art.59 do mesmo diploma legal, inicio a análise das circunstâncias judiciais necessárias à determinação da pena base, com relação ao acusado **VANDERLI FERREIRA DE LIMA**. 1 – culpabilidade*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

151

*evidenciada; 2 – antecedentes criminais com registro; 3 – conduta social comprometida pela prática de ilícitos penais; 4 – personalidade violenta; 5 – motivo do crime desfavorável ao acusado; 6 – as circunstâncias do fato desfavorável ao réu; 7 – comportamento da vítima não facilitou a ação do agente; 8 – consequências extrapenais foram graves com a morte da vítima. Em função do que fixo a pena base em 22 (vinte e dois) anos de reclusão. Em consideração à agravante prevista no art. 62, inciso I, do Código Penal, aumento-a de 02 (dois) anos, **tornando-a concreta e definitiva em 24 (vinte e quatro) anos de reclusão à falta de circunstâncias outras de aumento ou diminuição de pena capazes de altera-la, a ser cumprida na Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá;***

Como visto, a reprimenda aplicada atentou para os critérios estabelecidos no art. 59, do Código Penal, que foram analisados de forma satisfatória pelo juiz sentenciante, de modo a justificar a aplicação da pena-base acima do mínimo legal.

Mesmo incidindo a lei anterior, que previa pena de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos para o latrocínio, porque mais favorável ao infrator, os apelantes não fazem jus à pena base no mínimo legal em face das circunstâncias em que praticaram o crime, o número de vítimas e de co-autores, tudo justificando aplicação da pena base acima do mínimo então previsto.

Registre-se, ainda, que os apelantes já foram beneficiados pelo fato de o representante do Ministério Público não tê-los denunciado por infração ao tipo penal previsto no art. 129, §1º do Código Penal Brasileiro, em relação à vítima Valdermar Pereira dos Santos, cuja pena varia de 01 (um) a 05 (cinco) anos de reclusão, conforme exame traumatológico de fls.36.

Ademais, a orientação reiteradamente firmada no STJ é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode a Corte recursal reexaminar o *decisum* em tal aspecto

² Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta:

II - perigo de vida;

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

Aekaa/Apel crim -0135394-8 - 157,§3º,exacerb da pena, inoocorrência, reg cumpr pena inicial fecha,provimento parcial versão III



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

152

(HC 73112/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 02/10/2008, DJe 20/10/2008), o que não é o caso dos autos.

Com relação à possibilidade da progressão de regime para cumprimento da pena imposta, razão assiste aos apelantes.

Com efeito, a lei 11.464/2007, banuiu do nosso sistema jurídico penal o regime integralmente fechado, devendo a pena ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Por todo o exposto, pedindo vênias à Douta Procuradoria de Justiça, dou **provimento parcial** ao recurso, apenas para modificar o regime de cumprimento da pena para o inicialmente fechado, mantendo a sentença nos seus demais termos.

Recife, 18 de dezembro de 2009.


Des^a Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

153

PROCESSO Nº: 0135394-8
COMARCA: SÃO JOSÉ DO EGITO
VARA: VARA ÚNICA
APELANTES: VANDERLI FERREIRA DE LIMA
JOEL ANTÔNIO BATISTA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, dando provimento **parcial** ao apelo, apenas no que tange à modificação do regime de cumprimento de pena para o inicialmente fechado, mantendo a sentença nos seus demais termos.

É como voto.

Recife, 18 / 12 / 2009.

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor